



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. INEXIGIBILIDADE PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS EM TERAPIA OCUPACIONAL PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA) E OUTROS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO.

1.2. Da Especificação do objeto:

1.2.1. As especificações dos itens constantes no quadro de quantidades, anexo ao edital, deverão ser respeitadas seguindo estritamente sua descrição;

1.2.2. O objeto em questão é caracterizado como **comum, sendo o Credenciamento a melhor forma de contratação para ampliação da oferta;**

1.2.3. A justificativa da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.3. Prazo de vigência da contratação será de 12 meses a partir da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado conforme previsto na Lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Município não dispõe de Plano de Contratações Anual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A realização do procedimento será através de **INEXIGIBILIDADE** para **CREDENCIAMENTO** de profissionais especialistas em terapia ocupacional.

4.2. O credenciamento é livre para todas as pessoas jurídicas que atuem no ramo da atividade compatível com o objeto do credenciamento e que atendam às condições estabelecidas.

4.3. Não será permitida a participação de **CONSÓRCIOS**, uma vez que não se trata de contratação complexa ou de grande vulto, sendo que esta restrição não prejudica a contratação.

4.4. Não será permitida **SUBCONTRATAÇÃO** total ou parcial do objeto da contratação.

4.5. O contrato será formalizado através do Credenciamento por meio de Inexigibilidade de Licitação, observados o disposto no Art. 72, da Lei Federal 14.133/2021, bem como os requisitos dispostos no Decreto Municipal nº 8.519/2023.

4.6. Deverá ser comprovada a graduação, residência médica na especialidade e registro no respectivo órgão de classe, nos termos do item 3.4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice a este Termo de Referência





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A execução dos serviços ocorrerá durante a vigência do contrato de credenciamento, mediante expedição de Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Saúde, a qual indicará a quantidade, o tipo de sessões e os profissionais responsáveis pela execução.
- 5.2. A execução deverá iniciar imediatamente após a assinatura do contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço.
- 5.3. A execução dos serviços será nos dias e locais indicados pela Secretaria de Saúde, de acordo com as necessidades indicadas pela Contratada para plena execução do objeto.
- 5.4. A Ordem de Serviço será enviada à CONTRATADA por meio eletrônico (e-mail), sendo responsabilidade do profissional credenciado manter seus dados de contato atualizados junto à Secretaria Municipal de Saúde, através dos endereços: admsaudesai@gmail.com ou admsaude@santoamaro.sc.gov.br.
- 5.5. A Secretaria Municipal de Saúde fornecerá os materiais básicos necessários à prestação dos serviços. Materiais específicos, quando exigidos, deverão ser providenciados pelo próprio profissional credenciado.
- 5.6. Todos os custos relativos a deslocamento, alimentação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas decorrentes da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade do profissional credenciado.
- 5.7. O pagamento ao profissional será efetuado com base nas horas efetivamente trabalhadas, conforme agenda previamente definida pela Secretaria de Saúde com antecedência mínima de uma semana.
- 5.8. As atividades a serem executadas incluem, mas não se limitam a: Avaliação individual; Acompanhamento individual e em grupo; Emissão de relatórios, pareceres e laudos; Orientação a familiares, cuidadores e responsáveis; Participação em reuniões de equipe; Atuação em ações de matricialmente.
- 5.9. Os relatórios resumidos dos atendimentos realizados deverão ser enviados por e-mail para os endereços admsaudesai@gmail.com ou admsaude@santoamaro.sc.gov.br.
- 5.10. O Município reserva-se o direito de fiscalizar continuamente a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento nos casos de má prestação, mediante processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa.
- 5.11. Os atendimentos ocorrerão, **prioritariamente, na Policlínica de Saúde da Família**, localizada na Rua Santana, nº 4710, no município de Santo Amaro da Imperatriz/SC. No entanto, não se exclui a possibilidade de realização de atendimentos em outras unidades de saúde situadas no território municipal, conforme a necessidade e orientação da Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.12. A primeira consulta deverá ter no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos. Para retorno, as consultas deverão ter no mínimo 15 minutos e no máximo 20 minutos.
- 5.13. O município não está obrigado a solicitar a prestação do serviço do credenciado, especialmente se houver ausência de demanda que o justifique.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

- 5.14. O credenciado, após a divulgação do resultado do credenciamento, estará apto a ser contratado para execução do objeto, de acordo com a necessidade da Administração Municipal.
- 5.15. Após a convocação, o credenciado terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação, para assinatura do contrato.
- 5.16. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período ou outro indicado pelo solicitante, desde que a justificativa seja aceita pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.17. A demanda será encaminhada para os profissionais credenciados, mediante ordem de credenciamento (entrega de documentação).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO / ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços será realizada pela Secretaria de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, por meio de equipe técnica designada para esse fim.
- 6.6. Ficam nomeados como Gestor do Contrato Sra Dgeisa Alves, Secretária de Saúde e matrícula 12576 e Fiscal do Contrato e Suplente, respectivamente, Sra Silésia Terezinha Pereira da Silva, Assistente Administrativo e Matrícula 5694 e Sra Cristiane Hernandez Crispim, Enfermeira e matrícula 4775.
- 6.7. O fiscalizador será responsável pela verificação da conformidade dos atendimentos realizados, controle de qualidade, cumprimento dos prazos e verificação da execução adequada do serviço, conforme os termos acordados no Termo de Referência.
- 6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.





- 6.10.** Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.11.** O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.12.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.13.** Toda comunicação entre a Administração e a Contratada deverá ser formal, por escrito, preferencialmente pelo e-mail admsaude@santoamaro.sc.gov.br sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.14.** Para a execução do objeto será formalizado contrato, cuja minuta acompanhará o Edital de Credenciamento, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo, com o Edital e Proposta de Preços do credenciado.
- 6.15.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 6.16.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.17.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 6.18.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 7.2.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.3.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

- 7.4. der causa à inexecução total do contrato;
- 7.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 7.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 7.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.10. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 7.11. não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 7.12. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 7.13. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 7.14. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando
- 7.15. convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.16. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou
- 7.17. retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 7.18. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração
- 7.19. falsa durante a licitação;
- 7.20. fraudar a licitação;
- 7.21. não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da
- 7.22. contratação;
- 7.23. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 7.24. Advertência
- 7.25. Multa
- 7.26. Impedimento de licitar e contratar
- 7.27. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.28. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.29. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.30. As peculiaridades do caso concreto
- 7.31. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 7.32. Os danos que dela provierem para a administração pública





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

- 7.33.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.34.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 7.35.** Para infrações as previstas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 7.36.** Para as infrações previstas nos itens 7.1.14 e 7.1.15 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 7.37.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 7.38.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.39.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 7.40.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.
- 7.41.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 7.42.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.
- 7.43.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.44.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.45. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.46. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto será realizada conforme a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada.

8.2. Não ficará isenta de sanções cabíveis, caso seja constatado que não foram produzidos os resultados acordados ou que se deixou de executar as atividades ou execução com qualidade mínima exigida à contratada.

8.3. O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

8.4. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.

8.5. Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.6. As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão especificar no corpo da Nota fiscal, o número do respectivo empenho e os dados bancários da Contratada, além de relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Os fornecedores serão selecionados por meio de INEXIGIBILIDADE para CREDENCIAMENTO de profissionais especialistas em Terapia Ocupacional.

9.2. A execução do objeto será realizada de acordo com a demanda da Secretaria Demandante.

9.3. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas, profissionais habilitados ou sociedades regularmente estabelecidas no País, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regimentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

- 9.4. A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nos descritivos do item presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.
- 9.5. Deverá comprovar os seguintes requisitos de **Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista**:
- 9.5.1. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5.3. **Microempreendedor Individual** - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.5.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.5. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.5.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.5.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.5.8. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.5.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, (CNPJ).
- 9.5.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.5.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.5.14. Provar de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.5.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.5.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.5.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá comprovar os seguintes requisitos:

- 9.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.7. Para fins de Qualificação Técnica, deverá comprovar os seguintes requisitos:

- 9.7.1. O cargo especializado de TERAPEUTA OCUPACIONAL, deverá apresentar os seguintes documentos:
- 9.7.2. Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, emitido por instituição de ensino superior autorizada e reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
- 9.7.3. Registro ativo no respectivo órgão de classe em Santa Catarina;
- 9.7.4. Residência em Terapia Ocupacional, realizada em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); ou Título de Especialista em Terapia Ocupacional, conferido por





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

entidade reconhecida (como a Associação Brasileira de Terapia Ocupacional (ABRAzTO)) e devidamente registrado no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO).

9.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.9. Não 'serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor total da contratação para o período de 12 (doze) meses é de **R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais)** considerando o quantitativo de 400 horas/ano por especialidade.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

11.2. **Dotação 18.33.90.00.00.00.00 - 1.600.7000.020 (MAC).**

11.3. **Dotação 5 - 3.3.90.00.00.00.00 - 1.600.7000.020 - BLOCO DE CUSTEIO - UNIÃO**

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Não se aplica.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. **Fornecer à(s) empresa(s) vencedora(s)**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto e demais informações que esta venha a solicitar.

13.2. **Cumprir** e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.

13.3. **Efetuar**, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.

13.4. **Anotar** em registro próprio e notificar à Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

13.5. **Informar à(s) empresa(s) vencedora(s)** nome e telefone do gestor do contrato e seus respectivos fiscais mantendo tais dados atualizados.

13.6. Relacionar-se com a **à(s) empresa(s) vencedora(s)** exclusivamente com pessoa por ela credenciada.

13.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

- 13.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.2. Entregar o objeto com as características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.
- 14.3. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Contratante.
- 14.4. Comunicar à Prefeitura Municipal, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 14.5. Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido.
- 14.6. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são imprescindíveis para a emissão de pagamentos de qualquer natureza.
- 14.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.8. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto do edital.
- 14.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante.
- 14.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de fornecimento;
- 14.11. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 14.12. Todos os contratados deverão utilizar o Sistema SIA/SUS para realização do fechamento de sua produção mensal.
- 14.13. Integrar-se ao Sistema Nacional de Regulação – SISREG III, ou ao sistema adotado pela Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá ter familiaridade com a plataforma e, caso não possua conhecimento prévio, deverá participar de treinamento para sua adequada utilização.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DE SAÚDE

- 14.14.** Necessário registrar as informações em prontuário eletrônico fornecido pela Secretária de Saúde.
- 14.15.** Os prestadores receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores previstos no Edital de credenciamento. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará a imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;
- 14.16.** Não poderá haver quaisquer obstáculos ou impedimentos às vistorias técnicas que serão realizadas pela Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz;
- 14.17.** Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria da SMS durante a vigência do contrato;
- 14.18.** Todos os prestadores de serviço devem seguir os protocolos da Secretaria Municipal de Saúde.
- 14.19.** A nota fiscal deve estar de acordo com a autorização de fornecimento;
- 14.20.** A nota fiscal só será emitida após a conferência de produção realizada pela central de regulação da SMS;
- 14.21.** O Município de Santo Amaro da Imperatriz se reserva o direito de suspender preventivamente o prestador credenciado pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para investigar eventuais indícios de irregularidades no serviço público prestado, estas que estejam em desacordo com as normas previstas, bem como aos princípios e normas do SUS, inclusive em relação ao bom atendimento ao público, o que deverá ser realizado mediante procedimento próprio pela Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, devendo-se assegurar o contraditório e a ampla defesa.
- 14.22.** Para agendamento e atendimento, deverá seguir as seguintes regras:
- 14.23.** O agendamento das consultas será feito exclusivamente pelo Setor de Regulação da Secretaria de Saúde.

15. DOS CASOS OMISSOS

- 15.1.** Os casos Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de outubro de 2025.

Iana Beatriz dos Reis Rogério
Assistente Administrativo

Dgeisa Roberta Alves
Secretária Municipal de Saúde

